



## 2º FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO PRISIONAL E INSERÇÃO SOCIAL

**Dimensões da Educação na Reinserção Social de Jovens e Adultos  
em Situação de Restrição/Privação de Liberdade**

**I WEBINÁRIO – A Necessidade da Educação Especializada no  
Sistema Penitenciário**

**Realização:**



**Apoio:**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



PASTORAL  
CARCERÁRIA  
"Estive preso e vieste me visitar"



# **RELATÓRIO**

## **II FNEPIS**

Dimensões da Educação na Reinserção Social de Jovens e Adultos  
em Situação de Restrição/Privação de Liberdade

## **I WEBINÁRIO**

A Necessidade da Educação Especializada no Sistema  
Penitenciário

09 a 11 de Março de 2021

**On-line.**

## SUMÁRIO

1. Planejamento do II FNEPIS em 2021	04
1.1 – Desenvolvimento e metodologia do I Webinário	05
2. Participantes do Webinar	08
3. Questão / Problema / Denúncia	10
MESA I: As Ações de Desmobilização da Educação Especializada que Atende as Penitenciárias de Mato Grosso – Caso da Escola Estadual Nova Chance	11
4. Ações iniciadas e em desenvolvimento	16
Mesa II: As Ações e Metas Iniciadas Para Reverter a Desmobilização da Educação Especializada que Atendem aos Privados de Liberdade	16
Mesa III: As Ações e Metas do Judiciário do Mato Grosso em Prol da Manutenção da Oferta de Educação Especializada Pela Escola Estadual Nova Chance	19
5. O que asseguram as políticas públicas nacionais sobre a questão	23
Mesa IV – A Garantia da Formação Especializada dos Profissionais que Atuam no Sistema Penitenciário no Brasil	23
6. Atividades e ações que envolvem a educação e a inserção social de pessoas privada de liberdade	27
Mesa V: Planejamentos e Estratégias Específicas dos Profissionais de Educação nos Espaços de Privação de Liberdade.	27
Mesa VI: A Educação em Prisões Transforma Vidas: Relato de Experiência de Egressos do Sistema Penal.	32
Comissão Organizadora	34
Anexos – Cartazes do evento	35

## **1. Planejamento do II FNEPIS em 2021**

No segundo semestre de 2020 criamos uma comissão com representantes de alguns estados do Brasil, com o objetivo de começarmos a planejar o II Fórum Nacional de Educação Prisional e Inserção Social (FNEPIS), em que seus objetivos estão relacionadas as políticas públicas, a garantia dos direitos das pessoas em situação de restrição e privação de liberdade, e a ampliação destes direitos, através de novas legislações, ou tornando o cumprimento das atividades mais eficazes.

O I FNEPIS aconteceu em 2016, foi lançado no Rio de Janeiro utilizando transmissão online e, posteriormente em 2017 teve sua apresentação em Alagoas e Mato Grosso. Naquela ocasião o nosso objetivo era discutir aspectos pedagógicos e metodologias da educação em espaços de restrição e privação de liberdade, diante da nova Base Curricular Comum, que seria implantada no país.

Em 2021 a Comissão Organizadora analisou que o período de pandemia estava contribuindo para fragilizar ainda mais as questões envolvendo o direito à educação das pessoas em situação de restrição/privação de liberdade, e que seria importante trazer a discussão às diversas possibilidades de reinserção social destas pessoas através da educação.

Organizávamos a composição das mesas nos três dias do I Webinário em novembro de 2020, planejando trazer profissionais de vários estados e egressos para falar sobre as especificidades desta educação e como estava ocorrendo no momento de pandemia.

Na segunda quinzena de novembro, o Professor Rowayne Soares Ramos do Mato Grosso nos informou que estava recebendo informações de professores da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (SEDUC) e das pedagogas da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP).

Dentre as informações repassadas, foi referente ao processo de seleção para a contratação dos profissionais que trabalhavam com educação nos cárceres do Estado, através das salas anexas da Escola Estadual Nova Chance, sendo que o edital foi suspenso; e que os professores efetivos estavam sendo convocados a escolher outros locais para trabalharem.

Além disso, essas ações da SEDUC não foram precedidas por qualquer esclarecimento, reunião ou comunicação oficial ao Núcleo de Educação da SESP, ou aos órgãos de acompanhamento e fiscalização das prisões do Mato Grosso, inclusive o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, conforme informou o professor Rowayne, que já havia realizado comunicação com o Juiz Geraldo Fidelis, coordenador do GMF e com o Desembargador Orlando Perri, superintendente do órgão.

O professor Rowayne e outros profissionais começaram a nos repassar documentos sobre: a criação e organização da Escola estadual Nova Chance. Diante disso, a comissão definiu que o tema seria abordado em duas dentre as seis mesas que estruturamos para nosso primeiro Webinar de 2021. Pois, acreditávamos que em dezembro, a SEDUC/MT atenderia aos técnicos e especialistas sobre educação em prisões do Mato Grosso, e revisaria a pretensão de não oferecer educação especializada aos educandos em situação de restrição e privação de liberdade do Estado.

Em janeiro, já havíamos agendado a data do I Webinar para a primeira quinzena de 2021, e os convites ao Juiz Geraldo Fidélis e Desembargador Orlando Perri foram encaminhados pela Comissão Organizadora.

### **1.1 – Desenvolvimento e metodologia do I Webinar**

Na segunda quinzena de janeiro as tensões sobre a educação se acirraram e durante uma reunião entre profissionais da SEDUC, SESP, Pastoral Carcerária, OAB, entre outras instituições, a questão veio à tona. Diante de tal situação, a Pastoral Carcerária convidou os professores da Escola Estadual Nova Chance e as pedagogas da SESP para uma reunião, na qual participaram outros profissionais e entidades, inclusive o FNEPIS – MT, representado pelo professor Rowayne e o FNEPIS – RJ, representado pela professora Sandra.

Em 08 de fevereiro de 2021, durante a reunião promovida pela Pastoral Carcerária avaliamos a extensão das perdas para os educandos do sistema penitenciário de Mato Grosso e para os educadores que laboram no sistema.

Durante todo o ano letivo de 2020, os alunos/educandos receberam apostilas, com atividades produzidas e corrigidas pelos profissionais de educação da Escola Estadual Nova Chance do Mato Grosso, que contavam com pedagogas/pedagogos do NEP. O que permitiu que não fossem prejudicados em suas formações escolares na modalidade de EJA durante a pandemia.

Por outro lado, mais de 90% dos professores da Escola Estadual Nova Chance são contratados, passam por formação inicial todos os anos, e participam das formações continuadas todas as semanas em um dos polos do Centro de Formação de Professores – CEFAPRO, que fica próximo a unidade em que trabalham.

Porém, por serem contratados perdem o poder de serem ouvidos, e se tornaram invisíveis neste processo de desmobilização da educação que a SEDUC promoveu nesta modalidade de ensino específica para pessoas em restrição/privação de liberdade. Havia profissionais que estavam sendo contratados há mais de 6 anos para o exercício da função específica de professor na Nova Chance.

A SEDUC ao suspender as contratações desmobilizou todos os saberes acumulados pelos profissionais que conheciam as dinâmicas, metodologias e processos pedagógicos diferenciados dos espaços de privação de liberdade do Estado. Enfatizou o desprezo pela reinserção social de privados de liberdade e pela sociedade que deseja que as pessoas saiam melhores das prisões, não cometendo atos de violência e criminosos.

E diante de todas essas graves questões, com pessoas, instituições envolvidas, com retorno a sociedade muito negativos, nós da Comissão Organizadora do II FNEPIS optamos por trazer para o I Webinário nacional a metodologia que aplicamos no Fórum Permanente de Educação Prisional e Inserção Social no Rio de Janeiro desde o segundo semestre de 2016.

Após o I Fnepis no Rio de Janeiro, a Juíza Raquel Chrispino nos orientou sobre a metodologia que desenvolvi em 8 grupos de trabalho diferentes no TJRJ, aquela metodologia estava pautada em reuniões mensais, com metas e ações de curto, médio e longo prazos, que eram assumidas por participantes das reuniões e acompanhadas por todos mensalmente.

Além da Juíza, acompanhavam nossas reuniões, as Promotoras Andrezza Duarte Cançado e Gabriela Tabet da Coordenadoria de Execução Penal (CAO), e as assessoras do CAO, Daniela, Jaqueline e Fernanda, representantes da SEEDUC, SEAP, professores universitários, egressos das prisões, familiares e várias outras instituições, e comprometimento das pessoas com 8 metas em agosto de 2016, dentre elas, a primeira era para ampliação de vagas para educação nas escolas mantidas pela SEEDUC nas unidades Prisionais da SEAP.

O Promotor Rogério Pacheco da 3ª Promotoria de Tutela Coletiva de Educação da Capital, convidou o FNEPIS em 2017 a acompanhar as ações do Grupo de Trabalho para a ampliação das vagas nas escolas prisionais, junto com a SEEDUC, Conselho Estadual de Educação, Fórum EJA, SEAP e CECIERJ.

Graças as ações exitosas da metodologia que desenvolvemos foi possível planejar o I webinar focando a especialização da educação nas prisões e as questões que estão incutidas nestas atividades, como a formação continuada dos profissionais da educação, as questões pedagógicas diferenciadas em espaços de privação de liberdade, dentre outras que analisaremos neste relatório, partindo do caso da Escola Estadual Nova Chance no Mato Grosso.

Com a aplicação da metodologia estendemos o convite para participação no I Webinar:

- Aos pedagogos (as) do NEP / SESP;
- Aos professores da Escola Estadual Nova Chance;
- A Pastoral Carcerária do Mato Grosso;
- A Deputada Federal Rosa Neide Sandes que foi Secretária de Educação do Mato Grosso quando a modalidade de educação prisional foi implantada no Estado, e hoje participa da Comissão de Educação Permanente do Congresso Nacional;
- Ao Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJSP;
- Ao Conselho Nacional de Justiça-CNJ, para que esclarecessem como foram criadas e se ainda estavam vigentes as políticas públicas sobre a educação para pessoas em espaços de privação de liberdade.

- E para finalizar mantivemos os convites as duas pessoas que estudaram nas prisões, e transformaram suas vidas a partir do aproveitamento da oferta de educação.

Na segunda quinzena de fevereiro o GMF acolheu a denúncia da Coordenadora do NEP/SESP Fabiana Flávia de Magalhães Nascimento. Em 26 de fevereiro foi realizada uma reunião do GMF com a SEDUC e participação do MP do Mato Grosso, Defensoria Pública, Deputada Rosa Neide Sandes, representante da OAB, Pastoral Carcerária e representação do FNEPIS, estadual e nacional.

A SEDUC apresentou um planejamento de distribuição das atividades educacionais por 37 escolas estaduais nos municípios em que existem salas anexas da Escola Estadual Nova Chance, e não esclareceu sobre a formação dos professores, específica e continuada; como organizariam pedagogicamente as atividades, já que os pedagogos das referidas escolas já administram escolas regulares e da EJA, na sociedade livre, e não possuem capacitação para trabalharem as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade.

Além disso, não havia previsão de retorno as aulas, que haviam iniciado nas escolas regulares da rede estadual em 08 de fevereiro, embora informassem uma capacitação de dois dias nos dias 10 e 11 de março para os profissionais.

Foi neste panorama que divulgamos e realizamos o I Webinar: *A necessidade da educação especializada no Sistema Penitenciário*, entre os dias 09 e 11 de março. Seguiremos neste relatório a Metodologia que apresentamos no Webinar.

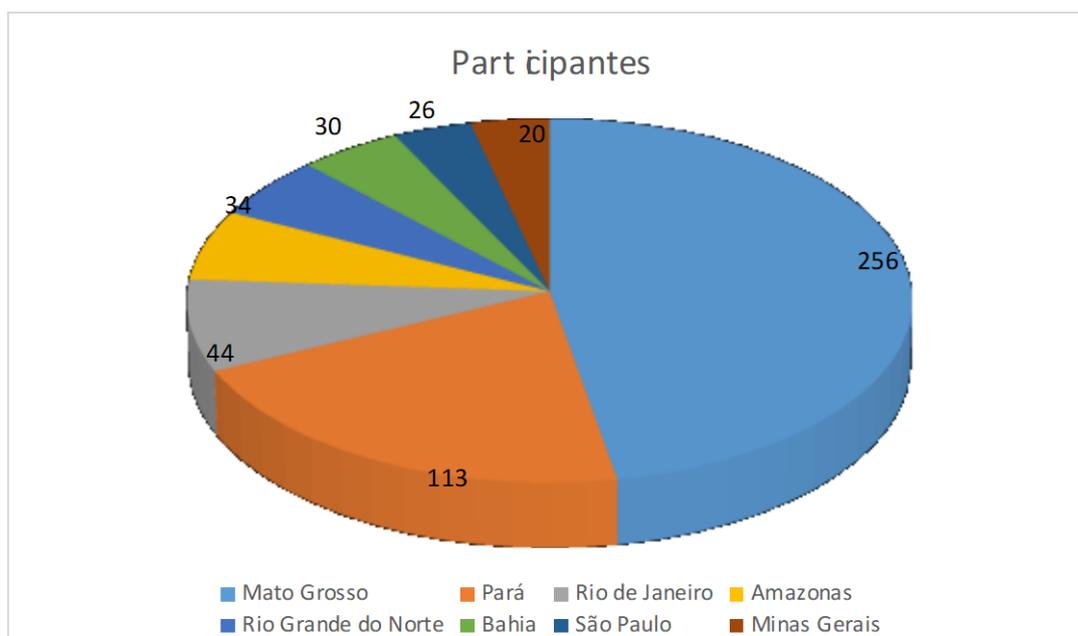
## **2. Participantes do I Webinar**

Contamos com 665 inscritos no webinar e durante os 3 dias de atividades os vídeos postados no Canal do GEPGTEC no YouTube tiveram aproximadamente 3.500 visualizações, o que nos indicou que aconteceram divulgações do evento por pessoas que participaram diariamente. Sendo que

no 1º dia, ocorreu 1.297 visualizações, no 2º dia 1.100 visualizações e no 3º dia 1.066 visualizações. Destacamos os Estados com 20 ou mais participantes:

Estado	Inscritos
Mato Grosso	256
Pará	113
Rio de Janeiro	44
Amazonas	34
Rio Grande do Norte	30
Bahia	26
São Paulo	20
Minas Gerais	20

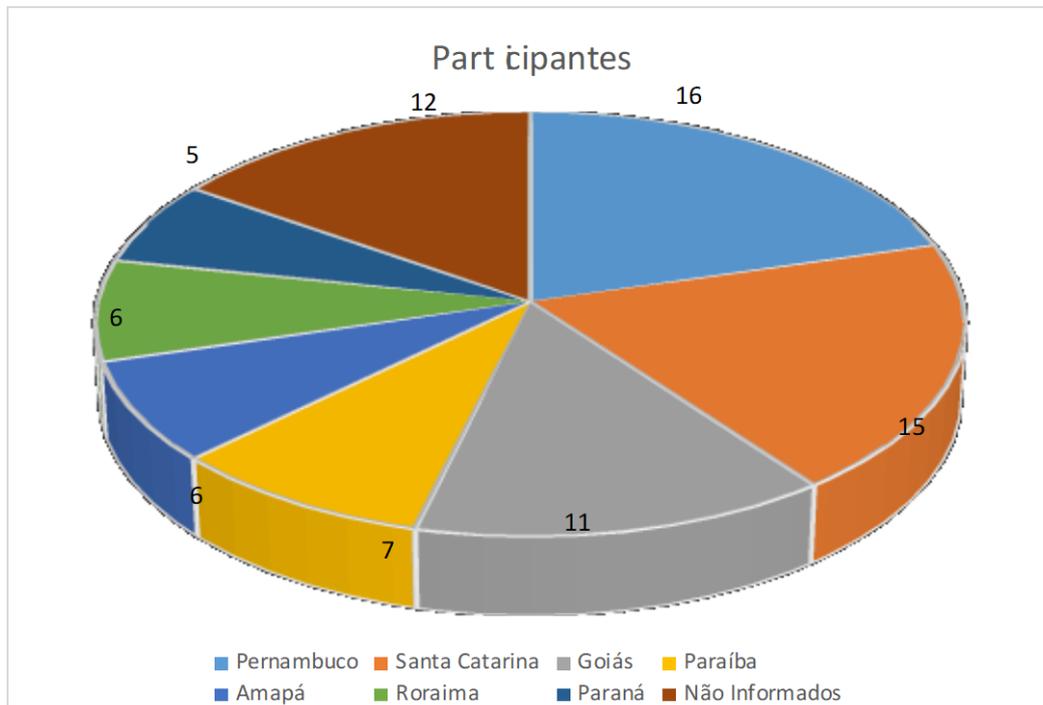
Gráfico 1 – Participantes por Estado:



Estados entre 5 e 16 participantes

Estados	Inscritos
Pernambuco	16
Santa Catarina	15
Goiás	11
Paraíba	7
Amapá	6
Roraima	6
Paraná	5

Não Informados	12
----------------	----



Os demais estados apresentaram menos de 5 participantes, e foram: Acre, Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Dentre os participantes, identificamos que uma porcentagem significativa eram professores dos sistemas prisionais e socioeducativos no Mato Grosso, Pará e dos outros estados, professores de escolas regulares na sociedade, e contamos também com estudantes de graduação na área de educação e da grande área de Ciências Humanas. Em número menor com profissionais da área que trabalham com a justiça, como advogados, psicólogos, assistentes sociais e policiais penais.

### 3. Questão / Problema / Denúncia

Tivemos diversos problemas técnicos, principalmente com áudios na primeira mesa, e por isso, após a atividades fizemos novas gravações das falas das duas palestrantes, que estão acessíveis a todos no link: <https://www.youtube.com/watch?v=3SEw6MuRRFc> e <https://www.youtube.com/watch?v=6alZwkI7Gmc>.

## **MESA I: As Ações de Desmobilização da Educação Especializada que Atende as Penitenciárias de Mato Grosso – Caso da Escola Estadual Nova Chance – 09 de março de 2021.**

A primeira palestrante professora Maria Conceição Cerqueira Caldas Oliveira informou que o planejamento da modalidade de educação de EJA e Ensino à Distância nas prisões do Mato Grosso teve por base o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, seguidos de cooperações e ações que envolveu a Unesco, o Governo do Japão e do Brasil, na construção de 5 seminários nacionais, entre 2006 e 2007; além da Resolução nº 03 de 11 de março de 2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, Resolução 2 de 19 de maio de 2010 do Conselho Nacional de Educação que descreveram que a partir de acordos com a Unesco e com o Japão, os Ministérios da Justiça e da Educação investiram em seminários no país objetivando criar as bases para a oferta da educação para os privados de liberdade. Indicando no documento do MEC inclusive que os recursos para os estados saíam do FUNDEB.

Em 2008 foi decretada a criação da Escola Estadual Nova Chance, dentro daquela política, que definia que a educação nas prisões era específica, com formação continuada, e valorização dos servidores, preferencialmente efetivos e pagamentos pecuniários diferenciados. Em termos de Resolução Normativa 002/2012 – CEE-MT do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso ratificou a existência do Convênio do Estado do Mato Grosso, com o Ministério da Justiça e da Educação para implantação de salas de aulas e de educação nas unidades prisionais do Estado, apoiadas em orientações técnicas e financeiras dos Ministérios da Educação e da Justiça, além de recursos do estado, conforme o Plano de Educação nas Prisões de 2012 apresentado ao DEPEN/MJ informaria.

Ao final de 2013 a Escola Estadual Nova Chance possuía 2.183 alunos e ao final de 2018 3.980 alunos, o que demonstrou um grande avanço no período a professora foi Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual Nova Chance.

A escola contava em 2014 com 99 professores interinos e 2 efetivos. Em 2019 contava com 10 professores efetivos, 139 interinos e mais diretor,

orientadores pedagógicos e outros profissionais de apoio, que somados correspondiam a 171 profissionais. No mesmo período elevou a quantidade de turmas de 106 para 137, incluindo além dos períodos matutino e vespertino também o noturno.

Nas formações realizadas pela “salas dos professores” no CEFAPRO, os profissionais das áreas trocavam informações, porque a educação era por área, assim o professor de História trocava informações com o de Geografia para administrar a disciplina, por exemplo.

No ano de 2020 os professores da Escola Estadual Nova Chance produziram apostilas para os alunos, e nas unidades prisionais em que existem pedagogas do NEP, as apostilas foram entregues aos alunos por elas, e corrigidas pelos professores, que semanalmente vão até as prisões.

Depois de todo esse trabalho, para surpresa de todos da Escola Estadual Nova Chance, em dezembro de 2020 a diretora, secretário escolar e a coordenadora pedagógica foram convocados a irem a SEDUC, onde foram informados que a escola seria fechada e que os professores deveriam escolher outras escolas para trabalharem no município. Essas informações não vieram precedidas de qualquer comunicado por escrito, pois, existem normas para a abertura de escolas e para serem fechadas, e nenhuma delas foi cumprida pela atual gestão da SEDUC. Foi por ordem oral.

Ao invés da Escola Estadual Nova Chance a educação para os privados de liberdade, seria administrada por escolas regulares do Estado nos municípios em que as prisões se localizavam. Esse processo que acontecia antes da palestrante trabalhar na E.E. Nova Chance, de acordo com os registros que ela teve acesso, não deu certo, porque os alunos não tinham frequência de aulas, além de outros problemas. E ela chegou a questionar porque não fizeram essa descentralização com a própria E.E. Nova Chance.

A palestrante destacou as atividades que foram desenvolvidas na escola, como Feira de Ciências, Olimpíadas de Matemática, e a produção da merenda pelos alunos.

Devido aos problemas técnicos na transmissão da primeira mesa fizemos outra gravação da apresentação das duas palestrantes que se encontram no

link: <https://www.youtube.com/watch?v=3SEw6MuRRFc> e  
<https://www.youtube.com/watch?v=6alZwkl7Gmc> .

Na nova gravação a professora destacou que nas contratações sempre havia um ou mais professores que não retornavam, mas que era certo terem uma capacitação com subsecretário da SESP e outros profissionais que orientava aos profissionais como procederem durante rebeliões e motins nas prisões e sobre diversas situações exclusivas dos espaços e ambientes prisionais.

A segunda palestrante pedagoga Fabiana Flávia de Magalhães Nascimento informou que a Escola Estadual Nova Chance como ofertante da educação especializada para os privados de liberdade foi construída de maneira coletiva entre a SESP, SEDUC e outras secretarias do Estado de Mato Grosso, objetivando a individualização da pena, as necessidades das unidades prisionais.

A E. E. Nova Chance segue os acordos internacionais e nacionais e da Lei de Execução Penal, em suas atividades. Desde sua criação tem ampliado bastante os atendimentos. O maior índice de atividades na escola aconteceu entre 2015 e 2020.

A 10 ou 11 anos quando a E. E. Nova Chance teve início a educação para privados de liberdade era desenvolvida por escolas descentralizadas do estado e municípios, esse atendimento era desorganizado e desestruturado.

Com a E. E. Nova Chance como única escola de referência, a centralização concentrou a organização administrativa, pedagógica, de professores, de material pedagógico e recursos financeiros, para atender as especificidades dos educandos do sistema penitenciário.

Com a imposição da SEDUC em descentralizar as atividades de educação por 37 escolas regulares existentes nos municípios, estão desconstruindo a política que foi muito difícil de construir na última década. Com o retorno das atividades as escolas descentralizadas, a educação específica no sistema penal volta a desorganização.

Hoje o Mato Grosso desponta nacionalmente com a educação básica e principalmente com a educação nas prisões, em que somos referência no

Brasil. Uma escola normal tendo que incorporar a estrutura de uma escola especializada, como exemplo, a escola Quilombola só atende sua especificidade, e a escola prisional também é especializada. Então, neste sentido temos um desmoronamento das ações de educação, um retrocesso, depois de termos uma escola de referência.

O retrocesso é observado porque quando abrimos o leque das escolas referências nota-se que é tendencioso aumentar as demandas sem ter o olhar para as especificidades. E se antes a E. E. Nova Chance atendia as especificidades do sistema prisional, agora teremos 37.

Vão aumentar as demandas, e um coordenador pedagógico, um secretário e em gestor escolar terão que atender todas as demandas internas e externas, e todos os recursos destinados a merenda escolar, aos materiais didáticos e outros que serão distribuídos de acordo com as necessidades das escolas, ou seja, retrocederemos há 10 ou 11 anos, quando se iniciava o processo da E. E. Nova Chance. A compra deste material, de merenda e pedagógico, vai depender do olhar atencioso do diretor, secretário e coordenador.

Desmantelaram uma escola com atendimento exclusivo e especializado voltado para os privados de liberdade e descentralizaram por 37 escolas, com 37 assessores pedagógicos, 37 coordenadores, e 37 secretários. As escolas regulares estaduais para onde direcionaram as salas anexas nas unidades prisionais já contam com as modalidades de ensino fundamental, ensino médio, e de jovens e adultos (EJA) das comunidades externas, como elas irão abarcar a modalidade de ensino dos educandos do sistema penitenciário, com todas as suas especificidades?

Como será para o professor e a formação continuada deste profissional para essa educação específica nas prisões, dentro dessa ampla perspectiva?

A partir de 2014/2015 com o termo de cooperação da SESP com a SEDUC para a centralização das atividades educacionais dos privados de liberdade exclusivamente pela E. E. Nova Chance, criaram uma comissão composta de um profissional da SESP, do NEP, do CEFAPRO e da E. E. Nova Chance para a seleção dos professores contratados, com provas específicas sobre a Lei de Execução Penal e o PPP da escola, seguidas de entrevistas. E

da capacitação inicial e continuada dos professores. Porque a educação nos espaços de privação de liberdade é especializada, tal qual a educação indígena, quilombola e do campo, informadas no PNE de 2001 e 2014. A educação nas prisões é uma modalidade especializada.

Quando a SEDUC cria essa descentralização e fecha a E. E. Nova Chance eles não estão acabando/fechando uma escola, que deveria antes reunir o Conselho de Comunidade como previsto em lei estadual. Eles estão acabando com uma modalidade de educação prevista em Lei, no PNE de 2001 que previa em 10 anos ter educação básica em todas as unidades prisionais do país, e que para tanto depois criaram as resoluções do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Justiça, e encaminharam recursos pelo FUNDEB para que acontecessem, não só no Mato Grosso, que era um dos 12 estados do acordo de cooperação na época, como de todos os estados do Brasil, onde hoje, 20 anos depois está implantada a educação nas prisões. Com valorização dos professores, com formação continuada e com orientações específicas do universo prisional, que é diferente culturalmente e em termos de tempo e espaço.

A educação acontecia nas salas anexas da Escola Estadual Nova Chance que tem sede em Cuiabá, nas diferentes unidades prisionais no município do Mato Grosso. E a formação continuada nos espaços do CEFAPRO, pois, o estado possui 15 polos do Centro de Formação de Professores, que atendem as formações dos profissionais da cidade em que funciona o polo e de outras 3 ou 4 no entorno.

E o custo desta educação é muito menor do que a maioria dos estados do Brasil, pois com 150 professores consegue abarcar 87% das unidades prisionais do estado e 25% da educação dos privados de liberdade, enquanto há estados que tem quase mil professores e não conseguem atender esse quantitativo e muito menos receber tantas premiações pela qualidade do ensino. Tanto é que em termos nacionais 25% dos alunos que participam do ENEM e do ENCCEJA são aprovados.

Até o dia 09 de março, segundo informações dos diretores das unidades prisionais de diversos municípios, as escolas de referência indicadas pela SEDUC nos municípios não estavam conseguindo matricular os mais de 2.200

alunos que NEP encaminhou para a SEDUC. Não chegavam os dados ao NEP, e o Núcleo de Educação nas Prisões não tem contato com esses diretores e coordenadores. Ou seja, desmontaram uma estrutura que dava certo.

O Mato Grosso possui um Plano Estadual de Educação no Sistema Penitenciário desde 2012, e estava reformulando ele para ampliar as vagas, e neste momento a SEDUC veio com o fechamento da escola. Os estados recebem recursos do Ministério de Educação, do FUNDEB, e outros para a aquisição de material pedagógico, merenda escolar, e também do Ministério da Justiça.

#### **4. Ações iniciadas e em desenvolvimento**

##### **Mesa II: As Ações e Metas Iniciadas Para Reverter a Desmobilização da Educação Especializada que Atendem aos Privados de Liberdade.**

A Mestre Ana Cláudia informou que ao assumir a Coordenação das Pastoral Carcerária no Mato Grosso visitou 25 unidades prisionais, e que os espaços de educação eram locais importantes, não pela quantidade de alunos, que deveriam ser mais, mas pelo bem que produzia nas pessoas privadas de liberdade. Que as visitas foram suspensas por causa da pandemia, mas que as atividades de educação, neste momento de pandemia em que as pessoas privadas de liberdade se encontram a um ano sem visitas, é fundamental.

Em janeiro de 2021 ela foi convidada a ir em uma reunião na SEDUC e lá chegando encontrou um clima de muita tensão entre os professores e a direção da secretaria por causa do fechamento da E.E. Nova Chance, que não foi anunciada nos jornais. Os professores revidavam uma escuta sobre o que estava acontecendo. E não havia clima para essa escuta no espaço. Por isso a Pastoral Carcerária criou uma reunião online, chamando a Defensoria Pública, o GMF e a OAB para participar desta escuta.

O número de inscritos foi superior ao esperado e tiveram mais de 100 inscrições. A Pastoral e os órgãos que participaram do encontro buscaram documentos sobre o fechamento da escola e não encontraram nenhum registro escrito, e sabe-se que para fechar uma escola é necessário ter registros. A

reunião aconteceu na segunda posterior ao encontro na SEDUC, que foi na segunda feira, dia 08 de fevereiro, em que começou as aulas no estado do Mato Grosso.

E a partir daí tiveram um documento para apresentar as entidades. Todos os serviços que você presta dentro de unidades prisionais precisam ser especializados. Educação, Saúde, projetos culturais e até religioso é diferente, pois, nos é exigido capacitação. E é uma realidade tão dura, que não são todos que estão preparados a realizar. Defendemos os professores, porque estão expostos a perigos e a doenças nas prisões.

A segunda palestrante, professora Rosa Neide foi secretaria de educação do Mato Grosso, e informou que recentemente esteve em uma reunião com representantes da SEDUC, da secretaria de segurança pública e do Judiciário, na qual o professor Rowayne esteve presente em que foi discutida justamente a questão da Nova Chance, que foi posta como um recuo do que foi construído em educação para os privados de liberdade.

A educação tem um papel restaurador na vida dessas pessoas. E essas pessoas estão sendo atendidas por profissionais dignos, que forma para a carreira de professor e mais ainda objetivando atender essas pessoas privadas de liberdade, porque não são todos que estão preparados para assumir as salas de aula no sistema prisional. Muitos não possuem perfil.

Quando os professores fazem diálogos e trabalhos com os privados de liberdade e os auxiliam a mudar, e eles retornam a sociedade, mudados, a educação fez o seu papel. E a Secretaria de Educação e de Segurança Pública e todas as outras que enfocam os Direitos Humanos, se unem para esse resultado. E o Tribunal de Justiça, também. Então, não entende porque a SEDUC quer fazer esse desmonte. Há despesas, sabemos que sim. Porém, há cooperação, a OAB, a Pastoral e outras instituições colaboram com essa educação, ajudando a montar bibliotecas, conforme informou o Tribunal de Justiça, na reunião que fizemos.

A existência da E. E. Nova Chance é resultado de uma legislação nacional, de resoluções nacionais. O primeiro decreto foi de agosto de 2008 e depois disso o Estado brasileiro se organizou para oferecer a educação nas prisões do país. E a deputada informou que muito orgulho de estar na

secretaria naquele momento. Antes existia o que estão propondo fazer agora uma sala anexa com profissionais que não tem perfil para tratar com esse aluno.

A escola regular em si já tem muito trabalho, seja de ensino médio ou ensino básico. Então, ela vai fazer um apêndice. Que tempo ela tem para cuidar desses alunos? Para ter um projeto específico para esses alunos? Para fazer um acompanhamento destes alunos? A gente sabe que isso não vai acontecer.

A Nova Chance é uma escola mais econômica, porque conta com os coordenadores para as salas anexas, com assessor pedagógico nos municípios, com o CEFAPRO que também está passando por reformulação, que parece ser um desmonte, também.

A secretaria de segurança pública é o grande parceiro da escola com seus profissionais, ela apoia as atividades. A pessoa privada de liberdade não está privada de conhecimento e da transformação pessoal, não podemos privar isso nas pessoas. No início a organização da Nova Chance foi difícil, mas depois as questões foram organizadas.

A deputada propõe uma reunião com o governador, com representantes do Judiciário, com o Bispo, coma Pastoral Carcerária para lhe explicar o que está acontecendo. Porque não se pode trazer a escola para dentro da secretaria, porque a Nova Chance foi criada justamente para acabar com essa burocracia. A secretaria também tem muitas ocupações. O apêndice tende a ficar isolado. Acrescenta que sempre defendeu que as escolas tivessem especificidades. Todas elas. Por isso é preciso a dedicação junto a esse público, com pesquisas.

Por fim se colocou a disposição para apoiar a escola Nova Chance inclusive com emendas em destaques. Pois, estão acontecendo cortes de recursos federais para a educação, mas são necessários recursos para a formação deste professor, as vezes querem dar posse a professores que não tem perfil para aquele trabalho, e é necessário investir na formação.

Agora se não tiver emenda dos deputados o PAR não funciona mais, os secretários dos estados não podem mais pedir recursos específicos. Se não

vem do governo federal vem do estado do Mato Grosso, que, com certeza, tem recursos, arrecada bem.

Ana Cláudia – As pessoas privadas de liberdade têm grande necessidade de escuta.

Rosa Neide informou acredita que será possível apresentar uma legislação favorável a especificidade do professor da educação prisional no sistema penitenciário, pois está trabalhando no Projeto Nacional de Formação de Professores, com destaques na legislação nacional para garantir isso. A questão da formação do professor do sistema prisional. Ela é favorável a essa especialização para salvar vidas e encaminhar pessoas para outro patamar. E é preciso ganhar esses pontos na legislação nacional.

### **Mesa III: As Ações e Metas do Judiciário do Mato Grosso em Prol da Manutenção da Oferta de Educação Especializada Pela Escola Estadual Nova Chance – 10 de março de 2021.**

O Dr. Juiz Geraldo Fidélis, Coordenador do GMF de Mato Grosso, esclareceu que o Juiz de Execução Penal se preocupa com a ressocialização das pessoas, com educação, trabalho, profissionalização para elas quebrarem estigmas, e neste momento no Mato Grosso estavam diante desta questão da especialização ou não especialização da educação no sistema penitenciário e ele explanaria sobre a sua experiência de 8 anos no sistema penitenciário do Mato Grosso. Nos últimos 2 anos já no GMF.

As questões do sistema penitenciário são muito sensíveis, porque ali as mudanças de qualquer rotina podem gerar conflitos e até mortes. Então, quando se pensou em realizar mudanças, não é por qualquer papel. Todos precisam ser ouvidos. Não só o judiciário, mas também a cúpula do sistema penal, os policiais penais, os professores, os próprios recuperandos, por causa da sensibilidade que é a matéria.

Em Mato Grosso a Escola Nova Chance – Nelson Mandela, que fazia um trabalho maravilhoso, é trocar um projeto de reconhecimento nacional que levou anos para ser construído, errando e acertando, e com isso a educação vai perder a eficiência.

Estão falando em descentralização como se fosse algo bom, que cada região vai formar suas atividades, mas não é assim. Para se trabalhar no sistema penitenciário é necessário ter uma vocação especial, não pode ter preconceito, tem que ter um contato humano. Muitas dessas pessoas se quer tiveram casa, escolas e foram reprovadas em todas as questões sociais sobre suas vidas. Muita não tem se quer o direito de sonhar um sonho diferente do que os erros que cometeram.

Por isso a necessidade de uma educação especializada para ter esse contorno especial. A especialização e a centralização em uma escola apenas contribuem para as ações, as verbas específicas ficam concentradas, do PAR. Os professores das diversas especializações trocam informações porque as formações são por área de conhecimento e não por disciplinas, até porque é perigoso fazer troca de salas no sistema penitenciário, O professor ou a professora são talvez a última tábua de salvação na vida deles. A Esperança não pode ser tolhida.

Não há como fazer as duas coisas, educação do lado de fora e dentro das prisões. Pois, a tensão nos sistemas penitenciários é muito diferenciada, a matriz centralizada como temos na Escola Estadual Nova Chance permite desenvolver o trabalho de educação mesmo em meio aos fluxos da prisão e isso não vai acontecer com o modelo de descentralização que a SEDUC está propondo.

Outra coisa muito importante é a interação entre as equipes da escola e da gestão penitenciária, as pessoas se conhecem e isso gera segurança no sistema. A descentralização vai trazer o deslocamento dos professores pela unidade, e isso gera insegurança. Essa relação do professor com o aluno gera um vínculo e também com seus familiares, na descentralização haverá dificuldades.

Tem que ser profissional especializado nessa sensível área de atuação. Somente o professor deste aluno terá condições de auxiliá-lo a quebrar o estigma que ele traz, a descentralização também trará a dificuldade documental escolar, que existe na E. E. Nova Chance. Na questão da remição pelo estudo por exemplo, e as vezes há dificuldades. Imaginem 40 escolas diferentes, por exemplo. Essa papelada vai se perder.

E mais do que isso existe o problema de as escolas nos municípios atenderem crianças e as vezes adultos, e isso dificultará a educação nas prisões porque é para adultos, na comunidade raramente haverá profissionais vocacionados para trabalhar com adultos.

Vários centros de educação de jovens e adultos que não atendem só as pessoas em situação de restrição e privação de liberdade estão sendo fechados também. Como vão tratar desta educação, vinculada a segurança, ao estigma, autoestima do aluno, se não estão conseguindo nem tratar desta educação fora das prisões.

Professor Rowayne Soares interveio informando que essa situação já aconteceu antes, entre 2002 e 2008 e não funcionou, pois tinham apenas projetos, e a solicitação aos diretores para aceitarem a educação nas prisões, porque não queriam aceitar e agora após a centralização da Nova Chance, que deu certo, tiram sem qualquer consulta.

O GMF está fazendo tratativas com a secretaria de estado de educação e se observarmos que não estamos sendo ouvidos vamos procurar o secretário da casa civil e o governador, porque nossos reeducandos não podem ficar à mercê de uma modificação tão séria que está ocorrendo, quebrando todo o trabalho desenvolvido que é premiado nacional e internacionalmente. A quebra neste momento da E. E Nova Chance vá ser muito cobrada do estado em alguns anos, porque ela é principal forma de combate ao crime organizado.

Professor Rowayne informou que o FNEPIS recebeu em finais de novembro informações através de professores da E. E. Nova Chance e de profissionais da Segurança Pública de Mato Grosso sobre essas questões, e a equipe do GMF prontamente atendeu nossas solicitações e começou a reunir documentos sobre o processo.

A segunda palestrante, professora Alianna Vançan informou que através de reunião da Pastoral Carcerária em 08 de fevereiro, e do FNEPIS, o GMF elaborou um relatório. Estão acontecendo muitas mudanças neste início de ano nas matrículas dos alunos, diferentes do que aconteceu nos anos anteriores com a E. E. Nova Chance.

A descentralização é contrária as orientações nacionais e internacionais sobre a oferta de educação nas prisões que estabeleceu uma organização,

através de polos e núcleos com padronização, que pudesse fomentar a oferta da educação nas prisões, para o contexto prisional. Além disso essa descentralização retira da política de educação nas prisões a realização de planejamentos estratégicos isso porque os municípios e estado, através de gestores vão fazer suas atribuições de acordo com seus próprios interesses.

Em nível de estados do país se perde na proposta e no estado do Mato Grosso. Vamos perder a eficiência que pode ser verificada através de números. Entre 2008 e 2019 a E. E. Nova Chance alcançou 24 mil matrículas. Em 2020 tivemos um ano atípico por causa da pandemia. Mas o que se observa é que essas questões da educação nas prisões no Mato Grosso não apenas da Escola Estadual Nova Chance, se referem ao desmantelamento das políticas públicas em educação, de jovens e adultos e que em relação as pessoas vulneráveis tornam-nas ainda mais vulneráveis.

E a secretaria de educação realizou essa descentralização sem consultar os profissionais técnicos do NEP/SESP, e sem convidar profissionais de outros setores para a formação de um grupo de trabalho, e por isso o problema foi gerado, e isso ficou claro, por exemplo, porque as aulas nos espaços prisionais ainda não começaram em Mato Grosso. E essas diretrizes da educação nas prisões são realizadas pelo Plano Estadual de Educação nas Prisões que estabelece metas plurianuais para as atividades de educação.

O GMF participou da reunião da pastoral carcerária de 08 de fevereiro em que foi identificada que não aconteceu nenhuma ação civil pública que justificasse o fechamento da Escola Estadual Nova Chance. E realizou uma reunião em 26 de fevereiro, com a SEDUC, GMF, FNEPIS, Defensoria Pública, Ministério Público, Deputada Rosa Neide, em que ficou estabelecido a formação de um grupo de trabalho, para tentar reverter a situação ou se não conseguir dar bases sólidas ao trabalho já realizado.

Nossa democracia é representativa e não temos pena de morte e devemos pensar em que tipo de pessoas a sociedade deseja que conviver com ela, porque as pessoas privadas de liberdade vão sair das prisões; nós precisamos cobrar que o Estado produza essas mudanças.

## **5. O que asseguram as políticas nacionais sobre a questão.**

#### **Mesa IV: A Garantia da Formação Especializada dos Profissionais que Atuam no Sistema Penitenciário no Brasil**

O Coordenador de Educação do DEPEN, Carlos Dias Rodrigues informou que não há apenas um sistema prisional no país, há diferentes com seus problemas específicos, e algo que é comum a todos é o déficit de vagas na educação básica, na qualificação profissional, e em atividades complementares a educação. Em 2019 tínhamos cerca de 723 mil pessoas privadas de liberdade e aproximadamente 128 mil em atividades educacionais.

A educação nas prisões carece de insumos e é prejudicada pela superlotação. A maior parte das pessoas privadas de liberdade tem baixa escolaridade, saiu da escola por volta da antiga 5<sup>o</sup> série, atual sexto ano, e possuem vulnerabilidades,

Ao deixar de oferecer a educação para essas pessoas ao chegarem no regime semiaberto ou no momento da saída da prisão, elas não alcançam sucesso na reinserção. Por isso o DEPEN precisa estar mais próximo das gestões estaduais, oferecendo ferramentas, materiais, adequando espaços para a educação prisional acontecer, lembrando que os presos são de suas competências.

O DEPEN tem investido no EAD e nos cursos profissionalizantes para que as pessoas tenham uma profissão e possam ter seus ganhos lícitos. E tem tentado resolver as questões, que passam pela aquisição de mobiliário escolar, por exemplo, que o órgão doou para 26 estados. Repassou recursos para o MEC para investir nos estados e tem incentivado os estados a utilizarem nas unidades prisionais. Foram abertas diversas salas de aulas com esse mobiliário.

O DEPEN liberou e pactuou 48 milhões para cursos profissionalizantes que vão gerar 22 mil vagas em 2021, 2021 e 2023, só o Pará e o Rio Grande do Sul, não solicitaram. Além disso, o projeto Alvorada com verbas pactuadas para 16 institutos ou universidades federais realizarem capacitações com egressos.

Também doaram obras para a remição pela leitura, leitura livre, grupos de leitura. O órgão tem potencializado e tentado aumentar o acesso ao ENCCEJA e ao ENEM. Mantêm também os apoios a educação nas prisões por intermédio do PEESP – Planejamento Estratégico do Sistema Prisional em parcerias com o CNJ. E esse planejamento depende de articulações com outros setores, das secretarias de educação, sociedade civil, municípios, Porque o objetivo é proporcionar o acesso de pessoas presas a educação.

O segundo palestrante, Dr. Felipe Athayde do Programa Fazendo Justiça – CNJ/PNUD informou que o III Programa Nacional de Direitos Humanos de 2010 assegurou nos eixos de Segurança Pública, Combate a Justiça e Combate à Violência, as ações normativas de educação e cultura em Direitos Humanos. Reafirmando a educação como direito de todos, privados de liberdade ou não. Retificando a lei de Execução Penal de 1984.

Em 2009 o Brasil sediou a VI Conferência Nacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) que tratou da educação dos privados de liberdade, que são jovens e adultos e, portanto, devem ser compreendidas com aprendizagem ao longo da vida. Isso é fundamental, sobretudo para não reproduzirmos dentro da prisão aquela educação regular voltada para crianças, em que chegamos em sala e encontramos cartilhas com alfabetização de crianças, quando estamos falando de alfabetização de adultos.

As duas resoluções que estabeleceram as práticas educacionais no sistema penitenciário que foram a Resolução nº 03 de 2009 do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias e a Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação que informava as diretrizes da Educação de Jovens e Adultos no Sistema Penitenciário.

Em 2011, o Decreto 7626 instituiu o Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional (PEESP) com o objetivo de ampliar e qualificar a oferta de educação no sistema prisional, pactuando órgãos do executivo com os outros da execução penal, a nível federal, estadual, municipal e distrital.

E a Recomendação do CNJ 44 de 2013 que estabeleceu as remições pelo esporte, pela leitura e incentivou a outras atividades culturais. Em 2019 o CNJ elaborou o Diagnóstico de Arranjos Institucionais e Propostas de

Protocolos para Execução de Políticas Públicas nas Prisões, que avaliou como as estavam acontecendo diversas assistências, saúde, trabalho, educação e ações no sistema penitenciário nacional.

Com relação a educação, embora a legislação seja de 2009 e 2010, dois estados até hoje não apresentaram um Plano Estadual de Educação nas Prisões; oito estados não possuem grupos gestores de educação; e 18 estados que possuem esse grupo gestor, ele é formado exclusivamente pelos órgãos da educação e da administração penitenciária. Sendo que a legislação esclarece sobre a importância da sociedade civil, das universidades, dos grupos organizados de pessoas egressas e familiares, toda uma série de arranjos que não respeita a legislação à medida que são formados apenas pelos órgãos que executam a própria política. É preciso repensar esses arranjos.

Treze estados não possuíam um projeto político pedagógico próprio para o sistema prisional, em que pese as diretrizes nacionais informarem que tem que ter um projeto específico que reconheça as características de tempo e espaço, características do público adulto. 10 estados não possuem programa de formação específica para o corpo docente, ou seja, além da superlotação e do super – encarceramento, existe também um deficit de gestão significativo.

Que aponta para a necessidade de fazer respirar o sistema penitenciário por meio de outras políticas públicas que organiza a vida das pessoas. E a participação da sociedade civil é fundamental para promovermos algum tipo de avanço.

Cerca de 14 estados não possuem regulamentação de horários para as aulas. Como se organiza essa matriz curricular para que nas três horas que tem o EJA nas prisões aconteçam processos educacionais significativos numa perspectiva de um público adulto?

Que é adulto e que respeita essa perspectiva, que respeite esse tempo e espaço e consiga promover seu aprendizado valorizando o esporte, a leitura, e atividades não escolares em geral?

Se a sociedade civil é importante neste processo há também o papel do judiciário. A política de educação em prisões é Intersetorial, e interinstitucional, ela não é exclusiva dos órgãos de educação e dos órgãos gestores da

administração penitenciária, ela exige a participação da sociedade civil e de outros atores, inclusive de outras secretarias para darmos conta inclusive desse deficit que o Dias, do DEPEN, trouxe, como os deficit de leitura, de assistência social. Como se dá o registro dos alunos? Eles estão matriculados na rede pública de ensino? Ou é em algum outro sistema paralelo?

O papel do Judiciário neste processo:

Monitorar o sistema de matrículas e permanência das pessoas na educação, garantindo a oportunidade de estudos, de matrículas a qualquer tempo para as pessoas privadas de liberdade, considerando que temos um fluxo bastante intenso entre as unidades prisionais.

Monitorar o cumprimento da carga horária dos dias em conformidade com a legislação, E aí a importância de avaliar os horários no sistema penitenciário que permitam a cumulatividade de atividades de acesso à educação e as outras práticas como trabalho, leitura e as assistências.

Acompanhar e fiscalizar a elaboração e o desenvolvimento do Plano Estadual de Educação. Monitorar a adesão das unidades prisionais aos exames nacionais de educação. Garantir o acesso das pessoas privadas de liberdade à educação escolar e não escolares para fins de remição pelos estudos. Fomentar que as pessoas privadas de liberdade tenham acesso as atividades escolares externas, sobretudo de nível superior, pois, temos um grande deficit. Fomentar que as aplicações de sanções leves e médias não acarrete a exclusão das pessoas das atividades escolares.

A matrícula dos alunos na rede pública reflete nas verbas do FUNDEB, do Programa do Livro Didático, da Merenda Escolar, de Formação Docente, esses todos são recursos que precisam ser provocados junto aos ministérios para aconteça destinação para a educação em prisões também.

O Plano PAR exige um projeto estratégico elaborado pelos estados, e muitas vezes as secretarias não possuem corpo técnico suficiente para organizar isso, E como não há uma pressão externa, seja do Judiciário ou da Sociedade Civil para a articulação destes planos, eles não são apresentados, ou quando apresentados não são executados. E por isso é importante pensar outros recursos.

O que nós temos na maior parte do Brasil são quadros de precarizações de professores, estagiários, contratações temporárias. Isso não permite sequer que se acumule conhecimento. E nos estados em que aconteceu essa possibilidade de formar carreira nas prisões, as pessoas fizeram mestrado, doutorado.

E porque muitos privados de liberdade não se formam na prisão? As pessoas são transferidas e ficam 30 dias sem estudar ou não conseguem vagas.

A especialização desse profissional em prisão, a especificidade desta educação depende de lutas, e temos o histórico de lutas da educação indígena e quilombola, e inclusive esse evento que fazem pode orientar esses caminhos.

O projeto de teatro que poderia ser atendido por essas questões. O Judiciário deve ser incluído no Plano Nacional de Educação

Sobre o problema da E. E. Nova Chance os palestrantes esclareceram que o CNJ demandas resoluções e recomendações que o GMF nos estados acompanham e fiscalizam. Para o DEPEN essas questões dos modelos de educação executados pelos estados devem atender as metas do plano estadual de educação, acordadas através do PEESP, de ampliação de vagas e outras questões.

## **6. Atividades e ações que envolvem a educação e a inserção social de pessoas privadas de liberdade.**

### **Mesa V - Planejamentos e Estratégias Específicas dos Profissionais de Educação nos Espaços de Privação de Liberdade – 11 de março de 2021.**

A pedagoga Creuza Ribeiro apresentou a trajetória de implantação educacional da Penitenciária Major Eldo Sá Correa ‘Mata Grande’ em Rondonópolis / Mato Grosso. A educação na Penitenciária da Mata Grande foi pensada, inicialmente, por um agente penitenciário (policial penal) com formação em Pedagogia, o qual se preocupou com a quantidade de pessoas analfabetas em situação de privação de liberdade.

Em 2005 foi implantado o projeto Beija Flor-SEDUC que contempla as

unidades prisionais com o “APRENDIMAGEM”: com atendimento semipresencial que utilizavam fitas VHS nas aulas presenciais. Porém, mesmo que a modalidade de ensino fosse para a EJA, não se mostrava suficientemente atrativa para suscitar nos 35 alunos matriculados o desejo de aprender, matriculados em salas anexas, sem nenhuma assistência pedagógica e material, não tinha carteiras suficientes para todos, que para assistirem as aulas sentavam no chão, escreviam em folhas avulsas e com lápis emprestado do colega, o espaço de atividades educacionais e as salas de aula eram escuras, malcuidadas e sem vida.

Os professores, que na época eram apenas três (3) não tiveram nenhuma formação para a modalidade da EJA e a complexa especificidade PPL. Sem nenhum preparo para o fazer pedagógico no chão da prisão, lotados numa escola regular responsável pelas salas anexas, não tinham conhecimento de PPP, planejamento e sequer haviam preenchido um diário de classe. Usam como uniformes camisetas pretas com logo da SEJUSP escrito: agente prisional.

Por isso, foi necessário repensar/ressignificar os espaços, as relações, bem como refletir sobre a definição da educação e as suas diretrizes dentro da unidade e papel da educação para além dos muros. Em 2008 foi instituída a EE Nova Chance, criada pelo decreto nº 1.543, de 28/08/2008, com PPP específico e formações constantes para os operadores do SISPEN e principalmente para os professores, os quais se propuseram a promover conhecimentos no “coração da prisão” se refazerem como profissionais e abrir novas portas obscuras, buscar novos conhecimentos sobre a educação, enquanto ferramenta de libertação ou opressão, o que foi feito nas perspectivas Freiriana e Foucaultina, a fim de conhecer o homem e as relações de poder, já que o simples interesse em lecionar para “presos” não basta, exigindo deste profissional a habilidade de conciliar seu anseio libertador com as limitações inerentes ao estabelecimento penal.

A Educação no contexto prisional diverge daquela proposta em outros espaços e tem as suas peculiaridades. Primeiramente, deve-se propor uma educação conectada à realidade de cada sujeito que ali se encontra, levando-se em consideração que as instituições penitenciárias possuem as suas

especificidades no que diz respeito à própria linguagem, relações interpessoais, estrutura e organização.

Assim sendo, é um equívoco reproduzir métodos e planejamentos pedagógicos utilizados em outros espaços escolares. É primordial que o professor esteja preparado e capacitado para atender àquele que se encontra em situação de privação de liberdade. Neste cenário, o pedagogo no Sistema Penitenciário exerce o papel importante de articulador, assegurando que as políticas públicas de inclusão educação e capacitação dentro das unidades sejam um processo contínuo, com qualidade e que seus efeitos sejam para além dos muros e grades, a educação não se restringe ao ensino formal, ela transforma, cria, ressignifica, empodera, dá voz ao sujeito e permite que o mesmo acesse um universo de possibilidades.

O vídeo apresenta um breve registro dos trabalhos e projetos educacionais da Penitenciária de “Mata Grande”: produção do livros: escrevendo sou Livre, feira de conhecimento , sarau literário, colcha de retalho, manta térmica, Apresentação de artigos no – nas universidades e em cuba, matéria na revista nova escola ,12 turmas -260 alunos matriculados ,16 professores ,conclusão do ensino médio-92 pelo ENCCEJA, cursinho preparatório para o ENEM, 37 alunos selecionados para o SISU-UFMT e UFR ,07 alunos formados em cursos superiores e 06 do regime fechado matriculados na UFR.

A segunda palestrante Pedagoga Rozelvira Serpa de Salles, coordenadora do setor de educação da Penitenciária Central do Mato Grosso informou que o sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso possui cinquenta e uma das Unidades Penais, sendo quarenta e sete atendidas com educação básica, profissionalizante e/ou ensino superior. Dessas Unidades Penais, seis são para o público feminino. Atualmente, o Sistema Prisional conta com 13 pedagogos concursados, sendo sete atuando em Unidades Penais, duas na Coordenação do Núcleo de Educação em Prisões, duas na Escola Penitenciária, uma na Coordenadoria de Gestão de Pessoas e uma no Patronato – Fundação Nova Chance.

No ano de 2017, foi convidada pelo Secretário Adjunto de Administração Penitenciária, para coordenar o setor de Educação da Penitenciária Central do Estado - PCE, onde recebeu uma proposta de readaptação do Projeto Pedagógico do curso Superior da Universidade Federal de Mato Grosso, o qual já estava em andamento no polo presencial de Cuiabá, e tinha que ser reorganizado, com iniciativa de caráter especial, experimental e piloto, voltados para a realidade da Unidade e dos recuperandos.

A Penitenciária Central do Estado de Mato Grosso tem uma demanda de aproximadamente duas mil e quatrocentas pessoas privadas de liberdade e era atendida somente pelo ensino básico, ofertado pela Escola Nova Chance, com um público limitado.

Ao chegar na penitenciária, buscou observar o funcionamento da mesma, acompanhando o trabalho dos servidores, o dia a dia dos recuperandos, o público externo e a forma de oferta do ensino. A partir dessa observação e com o apoio da Direção e Gerência da Unidade, buscou mudar o hábito dos formatos dos eventos da Unidade para mostrar à sociedade como atuavam, fizeram uma relação de respeito e confiança com os recuperandos, suas famílias e com os servidores.

Com isso, iniciaram um planejamento e estratégias na busca de parcerias para execução de projetos que contribuíssem expressivamente no processo de ensino, aprendizagem, profissionalização e inclusão familiar/social, colaborando no estímulo ao estudo e ao trabalho honesto, bem como buscassem proporcionar melhorias na transformação do cidadão, com o envolvimento do recuperando no mundo do conhecimento educacional e profissional.

Desse modo, as mudanças foram acontecendo, aumentaram a oferta do ensino básico, iniciaram cursos profissionalizantes, adotaram mais inscritos nas provas dos Exames Nacionais, concorreram a Editais de projetos para melhoria da Unidade e conhecimento educacional e profissional do recuperando, concluíram o projeto-piloto do curso de ensino superior da UFMT, ofertado para os recuperandos dentro da penitenciária, onde foi construída uma sala de aula, laboratório de informática e biblioteca específica para o curso ofertado (Administração Pública) e realizaram ações e projetos internos. Hoje a

Penitenciária atende aproximadamente oitocentos e cinquenta recuperandos com remição por trabalho e estudo.

EDITAIS APROVADOS: Chamada Pública de Eficiência Energética: Projeto de eficiência energética CPP001/2020 – ENERGISA. Projetos aprovados pelo DEPEN: Costura, Serigrafia, Panificação, Artefatos de concreto e Marcenaria.

PROJETOS APROVADOS E CONCLUÍDOS: “Feira do Conhecimento”; Liberdade de Direito e de Fato”; “Leitura que Liberta”; “Plantando a Liberdade”; “Mãos que ajudam”; “Costurando a Liberdade II”; “Mutirão Social”; “Educação Profissional”; “Extramuros”.

A terceira palestrante Dra. Luciana Ferreira da Silva Moraes informou que em 2018 realizou sua pesquisa de doutorado nas salas dos educadores da E. E. Nova Chance, espaços em que aconteciam a formação continuada. O objetivo era a participação nas atividades e a entrevistas aos profissionais sobre o que achavam da formação continuada. A professora identificou antes da pesquisa de campo que há uma ausência bibliográfica sobre a formação dos profissionais que trabalham em espaços prisionais.

No estado do Mato Grosso na década de 1990 foram criados os CEFAPROS, que em parceria com as Universidades forneceriam formação continuada àquela formação inicial aos professores e demais profissionais da educação, inclusive em tecnologia.

Nos CEFAPROS os professores da Escola Estadual Nova Chance trocavam experiências cotidianas. Em 2018 os professores se reuniam nos Centros de Formação semanalmente para trocarem experiências. As orientações anuais da SEDUC sobre a formação continuada apresentavam a expectativa das necessidades dos alunos e não da formação dos profissionais de educação, A formação continuada representa para os profissionais: aprofundar conhecimentos, engate intelectual, aprender algo novo, processo constante de aprendizagem num espaço de reflexão.

A formação na Escola Estadual Nova Chance e nos CEFAPROS foi a principal referência de formação dos professores, concluiu a pesquisadora nos três meses de atividades durante a pesquisa de campo. Os desafios desta

formação são os mesmos encontrados em outras formações, que são as articulações entre teoria e prática. Os professores aprendem na escola a escutar, os alunos, os colegas e os formadores, essa prática gera o processo de trocas sociais, de aprendizagem. As três necessidades que os profissionais possuem são as formações coletivas, individuais e contextuais.

As necessidades formativas contextuais são diferentes de outros locais, elas ocorrem em espaços marcados pela disciplina, pelo afastamento dos privados de liberdade do restante da sociedade, em pessoas estigmatizadas, que sofrem preconceitos. Portanto é necessária a formação específica para esse professor.

A professora propõe que seja reconhecida a singularidade de cada professor, com suas histórias de vidas, para tanto precisa contemplar as histórias de vidas, marcadas por rupturas e singularidades; a reconstrução das análises formativas, com o professor de EJA mantendo as orientações dos educandos nos CEFAPROS; e a realização de concursos específicos para esses professores, para que possam garantir a continuada da formação continuada. A formação continuada acontecia uma vez por semana por quatro horas, e fazia parte da carga horária semanal de trabalho deles. Em complementação a sua apresentação que também apresentou falhas por questões técnicas solicitamos que gravasse novamente, e as informações encontram-se no link: <https://www.youtube.com/watch?v=SkWfzfkSJoY&t=14s> .

No debate as pedagogas informaram que não sabem qual a causa para a suspensão das atividades da E. E. Nova Chance, que não chegou as elas a razão, e inclusive havia cerca de trezentos mil reais na conta da escola para compra de merenda e material didático que deveriam ser devolvidos aos cofres públicos federais. Para elas do Núcleo de Educação da SESP não ocorreu nenhuma informação, e a notícia caiu como uma bomba, já que havia um trabalho de entrosamento entre as duas secretarias construídas por anos.

## **MESA VI: A Educação em Prisões Transforma Vidas: Relatos de Experiências de Egressos do Sistema Penal**

O primeiro palestrante Rodrigo Dickson fez exame para fazer um curso preparatório para o ENEM em presídio do Rio Grande do Norte, e foi

surpreendido com a informação dois meses depois que havia ficado em primeiro lugar na prisão. Havia uma cultura na prisão que a educação 'não levava a nada, que era só um passatempo'. Ele foi para um pavilhão para trabalhar e estudar.

Ao chegar na escola viu que a turma era diferente das turmas de escolas que havia participado antes de ser preso, ela era totalmente interessada em estudar, tirar dúvidas, prestar atenção nos professores. Os guardas que escoltavam para a escola incentivavam eles a estudarem, era tudo diferente. E fizeram o ENEM, e ele e outro rapaz foram os únicos que passaram. Ele nem acreditou que a Faculdade aceitaria ele.

E quando saiu para estudar o olhar dos agentes, dos outros presos foi muito diferente. Os presos perguntavam onde eles iam, e ele respondia que ia estudar, e perguntavam onde, e ele respondia na faculdade. E quando chegaram lá, ele e o outro colega, acharam que seriam o centro das atenções, que sofreriam preconceitos, que seriam tratados diferentes porque eram presos. Mas foram tratados iguais aos outros alunos. Mas perceberam que tinham que mudar a linguagem, porque estavam acostumados a usar muitas gírias.

Depois que ele foi para a Faculdade todos os presos queriam estudar, muitos mesmo, os professores dividiram salas, porque os presos sabiam agora que estudar não era um mito, que era verdade.

Na prisão há muitas pessoas pobres e pretas que os pais não incentivaram a estudar, que o caminho mais fácil é a droga, e qual a importância de estudar? Conforme ele ouviu no debate na mesa anterior, porque se as pessoas não estudarem vão sair da prisão da mesma forma que entrou, e a educação transforma vidas, transformou a vida dele.

A segunda palestrante Márcia Regina informou que no período em que esteve presa passou três diretoras pela prisão e a terceira criou oficinas de costura, atividades de artesanato, salas de aulas, trouxe cursos, e o ENEM dizendo que quem passasse faria faculdade. E ela não acreditou nisso. Que uma presa condenada a 12 anos de prisão faria faculdade. Ela estudou direto durante um ano pelos livros do EJA, porque só tinha o ensino fundamental e passou para a Faculdade.

Durante dois anos ela saía para a Faculdade com escolta. Achou que seria mal recebida no curso, que se seria reprimida, mas aconteceu o contrário, foi bem recebida, os professores são muito humanos. Inclusive quis duas vezes desistir, mas eles não deixaram. Ela se formou em 2019.

Quando saiu da prisão ainda faltava dois anos para acabar o curso e o juiz não deixou ela sair da cidade, disse que ela iria acabar a faculdade. E ela foi usando tornozeleira eletrônica. Mas, não conseguia trabalho por causa da tornozeleira, e as professoras da faculdade lhe contrataram como diarista e assim ela conseguiu estudar, comprou uma bicicleta e ia para a faculdade.

Esclareceu que as gestões em prisões têm muito peso, porque a prisão é um local difícil e faz toda diferença não ficar trancado dia e noite dentro de uma cela sem fazer nada. E hoje como professora gostaria de se candidatar a lecionar nas prisões, porque sabe que faria a diferença.

Já não basta os negros e os pobres, os egressos das prisões também são excluídos. Alguns entendem, mas a maioria da sociedade não vê isso. Há muitos estigmas.

#### **COMISSÃO ORGANIZADORA:**

Maria Auxiliadora Maués. Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gestão, Trabalho e Educação Carcerária /GEPGTEC-UEPA/SEDUC-PA.

Diana Helena Alves Muniz. Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gestão, Trabalho e Educação Carcerária / GEPGTEC-UEPA/SEDUC-PA.

Sandra de Almeida Figueira. Instituto Amendoeiras/ Pontes de Saberes/ FNEPIS - RJ/Dra. em Memória Social/UNIRIO.

Edna Rodrigues de Moura. Professora da Escola Est. Crisotelma Francisca de Brito Gomes/SEED - Boa Vista – Roraima

Jacqueline Fernandes de Gusmão Neves Pessanha. Grupo de estudo NUPEDEP - Núcleo Pedagógico de Educação Prisional/ IFRN Natal-RN

Rowayne Soares Ramos. Policial Penal Sesp/MT – Coordenador do FNEPIS /MT – Doutorando em Ciências da Educação – UNADES/PY – Pesquisador do Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade/UEG.

Fabiana Flavia de Magalhães Nascimento – Coordenado do Núcleo de Educação em Prisões - SESP/MT, Mestre em Ensino (UNIC).

Ivonete Costa Freire Rinaldi da Silva – Policial Penal – Responsável pelo setor de Educação e Trabalho do Centro de Ressocialização de Várzea Grande.

**ANEXOS.**

**CARTAZES DIVULGADOS NAS REDES SOCIAIS/INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS/INSTITUIÇÕES DE ENSINO.**

**2º FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO PRISIONAL E INSERÇÃO SOCIAL**

**GEPGTEC**  
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE GESTÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO CARCERÁRIA

09 a 11 de março de 2021 - 17h as 19h

**II FNEPIS - Dimensões da Educação na Reinserção Social de Jovens e Adultos em Situação de Restrição/Privação de Liberdade**

I WEBINÁRIO – A Necessidade da Educação Especializada no Sistema Penitenciário

**Programação 09 de Março de 2021**

**MESA I - AS AÇÕES DE DESMOBILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA QUE ATENDE AS PENITENCIÁRIAS DE MATO GROSSO – CASO DA ESCOLA ESTADUAL NOVA CHANCE**

Palestrante  
Esp. Maria Conceição Cerqueira Caldas Oliveira  
Ex-coordenadora e Profª. da E. E. Nova Chance

Mediadora  
Prof. Dra. Sandra de Almeida Figueira

Palestrante  
Ma. Fabiana Flávia de Magalhães Nascimento

**MESA II - AS AÇÕES E METAS INICIADAS PARA REVERTER A DESMOBILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA QUE ATENDEM AOS PRIVADOS DE LIBERDADE**

Palestrante  
Ma. Ana Claudia Pereira e Silva

Mediador  
Policial Penal Doutorando  
Rowayne Soares Ramos

Palestrante  
Ma. Rosa Neide Sandes de Almeida

Transmissão pelo canal GEPGTEC [Faça sua inscrição pelo link: https://www.even3.com.br/iffnepis/](https://www.even3.com.br/iffnepis/)

**2º FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO PRISIONAL E INSERÇÃO SOCIAL**

**GEPGTEC**  
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE GESTÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO CARCERÁRIA

09 a 11 de março de 2021 - 17h as 19h

**II FNEPIS - Dimensões da Educação na Reinserção Social de Jovens e Adultos em Situação de Restrição/Privação de Liberdade**

I WEBINÁRIO – A Necessidade da Educação Especializada no Sistema Penitenciário

**Programação 10 de Março de 2021**

**MESA - III AÇÕES E METAS DO JUDICIÁRIO DO MATO GROSSO EM PROL DA MANUTENÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA PELA ESCOLA ESTADUAL NOVA CHANCE**

Palestrante  
Dr. Geraldo Fideles  
Juiz Titular da Vara de Execuções Penais de Cuiabá.

Mediador  
Policial Penal Doutorando  
Rowayne Soares Ramos

Palestrante  
Dr. Orlando Perri  
Pres. do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do SOSPEN - MT

**MESA - IV A GARANTIA DA FORMAÇÃO ESPECIALIZADA DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO BRASIL**

Palestrante  
Policial Penal Coord. Carlos  
Rodrigo Martins Dias  
COECU/DEPEN/MJSP

Mediadora  
Prof. Dra. Sandra de Almeida Figueira

Palestrante  
Dr. Felipe Albuquerque Lima de Sá  
Coord. Tec. do Dist. Cuiabá/Programa Formação Juvenil - OGP/MT

Transmissão pelo canal GEPGTEC [Faça sua inscrição pelo link: https://www.even3.com.br/iffnepis/](https://www.even3.com.br/iffnepis/)

**2º FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO PRISIONAL E INSERÇÃO SOCIAL**

**GEPGTEC**  
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE GESTÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO CARCERÁRIA

09 a 11 de março de 2021 - 17h as 19h

**II FNEPIS - Dimensões da Educação na Reinserção Social de Jovens e Adultos em Situação de Restrição/Privação de Liberdade**

I WEBINÁRIO – A Necessidade da Educação Especializada no Sistema Penitenciário

**Programação 11 de Março de 2021**

**MESA V - PLANEJAMENTOS E ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO NOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

Palestrante  
Esp. Cristina Rosa Ribeiro  
PNS/SESP/PEDAGOGA/PEN ROO/MT

Palestrante  
Dra. Luciana Ferreira da Silva Moraes

Mediadora  
Dra. Katia Aparecida da Silva Nunes Miranda

Palestrante  
Esp. Rozelvíra Serpa Salles  
PNS/SESP/PEDAGOGA PCE/MT

**MESA VI - A Educação em Prisões Transforma Vidas: Relato de Experiência de Egressos do Sistema Penal**

Palestrante  
Márcia Regina

Mediadora  
Dra. Maria Auxiliadora Maués

Palestrante  
Rodrigo Dickson Bezerra Oliveira

Transmissão pelo canal GEPGTEC [Faça sua inscrição pelo link: https://www.even3.com.br/iffnepis/](https://www.even3.com.br/iffnepis/)